



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 23 de outubro de 2024

Bolsas Na terça-feira 0,31% São Paulo 0,02% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 131.749 17/10 129.951 18/10 21/10 22/10	Dólar Na terça-feira R\$ 5,697 (+ 0,12%)	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na terça-feira R\$ 6,150	CDI Ao ano 10,65%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 10,91%	Inflação IPCA do IBGE (em %) <table border="1"> <tr><td>Maio/2024</td><td>0,46</td></tr> <tr><td>Junho/2024</td><td>0,21</td></tr> <tr><td>Julho/2024</td><td>0,38</td></tr> <tr><td>Agosto/2024</td><td>-0,02</td></tr> <tr><td>Setembro/2024</td><td>0,44</td></tr> </table>	Maio/2024	0,46	Junho/2024	0,21	Julho/2024	0,38	Agosto/2024	-0,02	Setembro/2024	0,44
Maio/2024	0,46																
Junho/2024	0,21																
Julho/2024	0,38																
Agosto/2024	-0,02																
Setembro/2024	0,44																

APAGÃO

Silveira sugere cassação da Enel

Troca de ofícios mostra aumento da tensão entre ministério e Aneel. Diretor-geral recomenda que o governo se abstenha de sugerir o fim do contrato e afirma que caducidade é uma "medida extrema"

» RAFAELA GONÇALVES

Tauan Alencar/MME



Em ofício, Silveira determinou que a Aneel casse a concessão da Enel São Paulo por descumprimento das regras prevista no contrato

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, cobrou, ontem, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a abertura de um processo administrativo para investigar as falhas da distribuidora Enel São Paulo. Em ofício enviado ao diretor-geral da agência reguladora, Sandoval Feitosa, ele pediu que seja avaliado o processo de cassação da concessão.

"Diante desse cenário e dados os novos episódios na concessão da Enel, solicito abertura imediata de processo administrativo que vise analisar eventual descumprimento ensejador de intervenção ou recomendação de caducidade para a concessão da Enel no Estado de São Paulo", diz o documento.

Silveira afirma que nenhum dos expedientes anteriormente enviados pelo ministério à Aneel, tiveram, até momento, "qualquer manifestação sobre abertura de processo administrativo dessa natureza."

Na semana passada o ministro acusou a Aneel de omissão na apuração do caso. Em conversa com jornalistas, ele havia se mostrado contrário à cassação imediata da concessão, alegando que a decisão poderia gerar demissões em massa e obrigar o governo a assumir a distribuição de energia a um custo elevado. Agora, no entanto, indica ter mudado de tom.

A caducidade da concessão acontece quando o contrato da distribuidora é cassado por descumprimento de regras. Essa é a mais grave das punições previstas e depende de recomendação da Aneel. A decisão final cabe ao Ministério de Minas e Energia. Se concretizada, esta será a primeira vez que uma concessão de distribuição elétrica é cassada no país.

Em resposta, o diretor-geral da Aneel enviou um ofício recomendando que o governo se

abstenha de sugerir o fim do contrato. No documento, ele destaca que a responsabilidade pela verificação da viabilidade de encerrar o contrato cabe à Aneel. Feitosa pondera ainda que a cassação é uma "medida extrema" e que só deve ser considerada quando todas as outras ações de fiscalização forem consideradas ineficazes.

"A caducidade de uma concessão é uma medida extrema, prevista na legislação, e deve ser aplicada apenas quando outras medidas de fiscalização não forem suficientes para readequar o serviço. Um processo dessa natureza requer grande robustez, garantindo ampla defesa e contraditório, além de pleno respeito às leis e regulamentos vigentes", diz um trecho do documento.

A troca de ofícios mostrou o aumento da tensão entre os dois órgãos. O ministro de Minas e Energia acionou a ajuda do Tribunal de Contas da União (TCU) para apurar "as responsabilidades" da Aneel nos apagões em São Paulo. Ele mencionou os pedidos enviados à agência anteriormente para instaurar o processo para apurar eventuais transgressões da Enel, e afirmou que as solicitações do governo não resultaram em "medidas coercitivas concretas".

Intimação

Na noite de segunda-feira, a Aneel emitiu um termo de intimação à distribuidora sobre o apagão que atingiu a capital paulista no dia 11 de outubro. Mais

de 3,1 milhões de endereços foram afetados e alguns moradores chegaram a ficar seis dias sem energia.

O órgão apura se houve descumprimento do plano de contingência assumido pela distribuidora e reincidência no atendimento insatisfatório aos consumidores. A intimação faz parte do relatório de falhas e transgressões, que pode dar início a um processo administrativo, cujas punições podem variar de multas a intervenção e a cessação do contrato.

"A diretoria da Aneel avaliará os elementos trazidos pela distribuidora em sua manifestação, oportunidade em que decidirá se é cabível a recomendação de caducidade da concessão ao MME", informou.

» Preço da gasolina está defasado

A valorização do petróleo no mercado internacional deixou preços da gasolina e do diesel vendidos pela Petrobras abaixo dos praticados no Golfo do México, referência para os importadores brasileiros. Segundo dados da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a gasolina nacional está 5% mais barata que o preço internacional, o que poderia resultar em um aumento de até R\$ 0,14 por litro para equiparar os valores. O último reajuste da gasolina pela Petrobras ocorreu em julho de 2024, com um aumento de R\$ 0,20 por litro

CRESCIMENTO

FMI eleva projeção de PIB do Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou para 3% a projeção de crescimento do Brasil este ano, mas piorou o cenário para 2025, citando a política monetária restritiva. As estimativas atualizadas constam no relatório "World Economic Outlook" (WEO), divulgado ontem.

Em julho, a organização financeira internacional havia projetado um crescimento de 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2024. Na nova edição do relatório, o fundo melhorou a projeção neste ano em 0,9 ponto percentual. Já para o próximo ano, a expectativa de expansão caiu de 2,4% para 2,2%.

O fundo atribuiu a perspectiva melhorada do Brasil ao fortalecimento do consumo privado e do investimento na primeira metade do ano, impulsionados por um mercado de trabalho aquecido, transferências do governo e um impacto menor do que o esperado das enchentes do Rio Grande do Sul.

"No entanto, com a política monetária ainda restritiva e o esperado esfriamento do mercado de trabalho, o crescimento deve moderar em 2025", destaca o documento. A expectativa agora é de perda de força diante da redução dos estímulos fiscais e da taxa básica de juros elevada.

Atualmente em 10,75%, a expectativa é de mais aumentos na taxa básica Selic nas duas últimas reuniões do Banco Central no ano, terminando a 11,75%, de acordo com o último Boletim Focus. A nova projeção do FMI para o crescimento econômico deste ano ainda é mais fraca que a do governo, que em setembro revisou para 3,2%, mesma estimativa do Banco Central.

O relatório trouxe ainda números para a inflação. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve atingir 4,3% ao final de 2024 e 3,6% em 2025, projeta o documento. O fundo prevê, ainda, que o desemprego no Brasil fique em 7,2% em 2024 e também em 2025. A taxa mais recente, referente ao segundo semestre de 2024, está em 6,9%.

América Latina

O FMI elevou em 0,3 ponto percentual a estimativa de crescimento para a região da América Latina e Caribe como um todo em 2024, a 2,1%. Mas para 2025 houve um corte de 0,2 ponto, a 2,5%. De acordo com o relatório, a expectativa mais forte para o desempenho do Brasil neste ano compenhou uma redução de 0,7 ponto percentual na conta para o México, que agora é de 1,5%.

Haddad

Em Washington, onde participa da reunião do FMI, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contestou as alegações do Fundo, de que o crescimento brasileiro seja motivado por estímulos fiscais. "O déficit (primário) do ano passado decorreu do pagamento do calote do governo anterior e é três vezes o programado para esse ano. Não obstante, a economia deste ano está crescendo mais do que cresceu no ano passado", disse o ministro. (RG)

Receita tem novo recorde de arrecadação

» FERNANDA STRICKLAND

A arrecadação de impostos e contribuições federais no Brasil somou, em setembro, R\$ 203,2 bilhões, alcançando novo recorde histórico. De acordo com dados divulgados ontem pela Receita Federal, o montante arrecadado ao longo do ano já ultrapassa R\$ 1,934 trilhão.

Foi a primeira vez, em 30 anos, que o recolhimento superou a marca de R\$ 200 bilhões em um único mês. Na comparação com setembro do ano passado, quando a Receita arrecadou R\$ 174,3 bilhões, houve um aumento nominal de 16,5%, reflexo do aquecimento da economia e do impacto de medidas recentes de fiscalização e recuperação de créditos tributários. "O acréscimo observado no

período pode ser explicado pelo comportamento das variáveis macroeconômicas, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior", aponta o relatório da Receita.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, a tendência é de que a arrecadação siga crescendo até dezembro. "Como a arrecadação tem um reflexo direto do desempenho da atividade econômica, as perspectivas são nesse sentido de que até o final do ano ficamos ficaremos aí nessa faixa de variação da arrecadação, ou em torno de 10%, um pouquinho abaixo, um pouquinho acima", disse Malaquias.

Dinheiro nos cofres

Em setembro:	R\$ 203,169
Alta em relação a setembro de 2023	16,55%
No ano:	R\$ 1,934 trilhão
Alta em relação a jan/setembro de 2023	14,33%
Receitas que mais aumentaram:	
I. Importação/PII-vinculado	25,59%
IIPI - Exceto vinculado	26,87%
IRRF - rendimentos no exterior	19,08%
Cofins/pis-pasep -	19,29%
IRRF-rendimentos de capital	18,71%

Fonte: Receita Federal

contas públicas

Especialistas veem como positivo o desempenho da

arrecadação, uma vez que o governo busca equilibrar suas contas e ampliar os investimentos em áreas prioritárias,

como saúde e educação. No entanto, alertam que arrecadação precisa ser sustentável. "Parte desse crescimento foi impulsionado por receitas extraordinárias. Assim, essa dependência cria incerteza sobre a capacidade de manter o equilíbrio fiscal no longo prazo, uma vez que tais receitas não são recorrentes", avalia o economista Bruno Rocio Rocio.

Ele observa que somente mudanças mais permanentes daria tranquilidade em relação ao cumprimento da meta de superávit primário. "Na prática, a sustentabilidade fiscal no longo prazo depende de uma combinação de reformas estruturais como a reforma tributária e reforma administrativa", pontuou.